



## TERMO DE REFERÊNCIA 019/2026/FCV

**CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021)**

### 1. INTRODUÇÃO

**1.1.** O presente Termo de Referência tem por finalidade estabelecer os elementos técnicos e administrativos necessários à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e fornecimento de combustível (gasolina comum), destinados ao abastecimento da frota de veículos da Fundação Cultural de Vilhena – FCV, por meio de rede de estabelecimentos credenciados. A contratação será realizada por meio de contratação direta, na modalidade dispensa de licitação, com fundamento no **art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021**, em razão do valor estimado da contratação, observando-se as disposições legais aplicáveis.

**1.2.** A contratação será procedida por licitação, pela modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, fundamentado no **Art. 75 da Lei nº 14.133/2021**, a qual institui normas para as licitações e contratos administrativos.

**1.3.** O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á pelo critério de **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (%)** - desde que perfeitamente exequíveis e observadas às especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos **neste Instrumento**.

### 2. ORGÃO SOLICITANTE

**2.1.** Fundação Cultural de Vilhena (FCV)

**3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º Inciso XXIII Alínea j, Art. 92º Inciso VIII da Lei 14.133/2021)**

**3.1. Órgão:** 20 - Fundação Cultural de Vilhena

**3.2. Unidade:** 20.001 - Fundação Cultural de Vilhena

**3.3. Função:** 13 - Cultura



**3.4. Sub Função:** 122 - Administração Geral

**3.5. Programa:**0034 – Cultura para Todos

**3.6. Projeto/Atividade:** 2142 - Manutenção das Atividades Administrativas

**3.7. Despesa:** 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo

**3.8. Desdobramento:** 01–Combustíveis e Lubrificantes Automotivos

**3.9. Fonte de recursos:** 2500000 – Recursos não Vinculados de Impostos – Exercício Anterior.; 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos - Exercício Corrente.

**3.10. OBJETO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea a; Art. 18º Inciso II; Art. 40º §1º Inciso I da Lei 14.133/2021)**

**3.11.** Constitui objeto da presente contratação a prestação de serviços de gerenciamento e fornecimento de combustível (gasolina comum), por meio de rede de estabelecimentos credenciados, destinados ao abastecimento da frota de veículos da Fundação Cultural de Vilhena – FCV.

**3.12.** O objeto da presente contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. Trata-se de serviço amplamente ofertado por empresas do ramo, com características padronizadas, não demandando soluções técnicas complexas ou especializadas, sendo possível sua contratação com base em critérios objetivos, inclusive quanto à taxa de administração aplicada.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**4.1.** A solução adotada consiste na prestação de serviços de gerenciamento e fornecimento de combustível (gasolina comum), por meio de rede de estabelecimentos credenciados pela contratada, destinados ao abastecimento da frota de veículos da Fundação Cultural de Vilhena – FCV, conforme a demanda da Administração.



**4.2.** A solução adotada consiste no fornecimento parcelado e contínuo de combustível, permitindo o abastecimento imediato dos veículos oficiais, mediante utilização de sistema de controle (cartão magnético, eletrônico, aplicativo ou meio equivalente), com autorização do setor competente.

**4.3.** Do ponto de vista técnico, o objeto da contratação enquadra-se como serviço comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, incluindo aqueles estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

**4.4.** A execução do objeto ocorrerá por meio da utilização de sistema de gerenciamento disponibilizado pela contratada, que possibilite o controle, a rastreabilidade e o acompanhamento dos abastecimentos realizados na rede credenciada.

**4.5.** A contratação será remunerada mediante aplicação de taxa de administração (%) sobre os valores dos abastecimentos efetivamente realizados, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

## **5. JUSTIFICATIVA (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea b da Lei 14.133/2021)**

**5.1.** A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo de combustível (gasolina comum), indispensável ao abastecimento da frota de veículos da Fundação Cultural de Vilhena – FCV, utilizados no desempenho de suas atividades administrativas e operacionais.

**5.2.** Atualmente, a FCV encontra-se sem contrato vigente para fornecimento de combustível, situação que vem comprometendo diretamente a execução dos serviços institucionais, tais como deslocamento de servidores, apoio logístico a eventos culturais, transporte de materiais e demais ações necessárias ao funcionamento da entidade.

**5.3.** A ausência de abastecimento regular impacta negativamente a continuidade dos serviços públicos, podendo ocasionar paralisação de atividades essenciais e prejuízos ao atendimento do interesse público.



**5.4.** A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada no gerenciamento e fornecimento de combustível, por meio de rede credenciada, com aplicação de taxa de administração, permitindo maior controle, transparência e eficiência na gestão dos abastecimentos.

**5.5.** O modelo adotado possibilita o acompanhamento detalhado do consumo, a rastreabilidade das operações e a padronização dos procedimentos, contribuindo para a melhor gestão dos recursos públicos e mitigação de riscos de uso indevido.

**5.6.** A contratação será realizada por meio de dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, em razão do valor estimado da contratação, observando-se os limites legais vigentes, não havendo fracionamento indevido de despesa, conforme vedação prevista na Lei nº 14.133/2021.

**5.7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “d” da Lei nº 14.133/2021)**

**5.8.** A CONTRATADA deverá ser empresa especializada na prestação de serviços de gerenciamento e fornecimento de combustível, com capacidade técnica e operacional para atendimento da demanda da CONTRATANTE.

**5.9.** A CONTRATADA deverá disponibilizar rede de estabelecimentos credenciados aptos ao fornecimento de gasolina comum, garantindo cobertura adequada para atendimento das necessidades da frota da FCV. Deverá possuir, no mínimo, 02 (dois) postos de combustíveis credenciados localizados no perímetro urbano do Município de Vilhena/RO, de modo a assegurar competitividade entre os estabelecimentos, continuidade do abastecimento, economicidade, disponibilidade operacional e deslocamento compatível com as necessidades da Administração.

**5.10.** Preferencialmente, a rede credenciada deverá possuir abrangência interestadual, considerando a possibilidade de deslocamentos oficiais para fora do Estado de Rondônia, em razão de reuniões institucionais, capacitações, eventos e demais atividades administrativas da CONTRATANTE.



**5.11.** A CONTRATADA deverá fornecer sistema de gerenciamento de abastecimento, por meio de cartão magnético, eletrônico, aplicativo ou meio equivalente, que permita o controle, acompanhamento e rastreabilidade das operações realizadas.

**5.12.** A CONTRATADA deverá realizar orientação e/ou capacitação dos servidores designados pela CONTRATANTE para utilização do sistema de gerenciamento de abastecimento, incluindo funcionalidades operacionais, emissão de relatórios, controle de consumo, cadastramento de usuários e demais ferramentas necessárias à adequada execução contratual.

**5.13.** A CONTRATADA deverá disponibilizar cartões, senhas, identificação eletrônica ou meio equivalente em quantidade suficiente para atendimento da frota e dos motoristas autorizados pela CONTRATANTE, incluindo, no mínimo, 01 (um) cadastro/cartão adicional de utilização neutra ou temporária, destinado a situações excepcionais de substituição de condutor, apoio operacional ou necessidade administrativa eventual.

**5.14.** O sistema deverá possibilitar a emissão de relatórios gerenciais contendo, no mínimo, informações sobre consumo, identificação dos veículos, datas, locais e quantidades abastecidas.

**5.15.** O combustível fornecido deverá atender às especificações técnicas e padrões de qualidade estabelecidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP.

**5.16.** A CONTRATADA deverá assegurar o fornecimento contínuo durante toda a vigência contratual, garantindo disponibilidade compatível com as necessidades da Administração.

## **6. ESTIMATIVA DE VALOR (Art. 12º Inciso II; Art. 18º Inciso IV da Lei 14.133/21)**

**6.1.** O valor estimado de consumo de combustíveis para o período de 12 (doze) meses é de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), conforme levantamento realizado com base no histórico de abastecimentos e na previsão de demanda da frota oficial.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**



**6.2.** Considerando o valor estimado de consumo, foi definida pela Administração uma taxa de administração/gerenciamento **estimada de 1,50% (um vírgula cinquenta por cento)**, a qual servirá como teto para a formulação das propostas.

**6.3.** A estimativa de consumo apresentada neste Termo de Referência não constitui objeto de disputa entre as licitantes, servindo apenas como referência para dimensionamento e planejamento orçamentário da Administração, não constituindo obrigação de consumo integral pela Administração. O quantitativo efetivamente executado dependerá da demanda real das unidades administrativas e da disponibilidade orçamentária e financeira.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	ESTIMATIVA DE CONSUMO PARA 12 MESES	TAXA ADMINISTRATIVA ESTIMADA
1	Contratação de empresa para fornecimento de gasolina comum, mediante abastecimento direto em posto de combustível, podendo ser utilizado controle por meio de cartão ou sistema simplificado, destinado ao atendimento da frota da Fundação Cultural de Vilhena – RO.	SRV	R\$ 20.000,00	1,5%

**6.4.** O objeto de disputa será exclusivamente a taxa de administração/gerenciamento, que poderá ser positiva, nula ou negativa, conforme proposta da licitante.

**6.5.** No caso de taxa negativa, o percentual ofertado representará desconto sobre o valor do combustível efetivamente consumido durante a execução contratual.

**7. FORMA, PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO (Art. 18º Inciso III; Art. 40º, §1º, Inciso II da Lei 14.133/21)**

**7.1.** A contratação terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogada, desde que devidamente justificada e demonstrada a vantajosidade, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



**7.2.** O fornecimento de combustível será realizado de forma parcelada e contínua, conforme a necessidade da CONTRATANTE, por meio de abastecimento dos veículos oficiais em rede de estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA.

**7.3.** O abastecimento será efetuado de forma imediata, mediante utilização de sistema de controle disponibilizado pela CONTRATADA (cartão magnético, eletrônico, aplicativo ou meio equivalente), após autorização do setor competente da FCV.

**7.4.** A rede credenciada deverá garantir atendimento, de forma a não comprometer a logística e a economicidade da Administração.

**7.5.** A CONTRATADA deverá assegurar o fornecimento contínuo durante toda a vigência contratual, garantindo a disponibilidade de abastecimento em horários compatíveis com as necessidades da CONTRATANTE.

## **8. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO (Art. 92º Inciso VII da Lei 14.133/21)**

**8.1.** Caso sejam verificadas inconformidades na execução do serviço, tais como divergência de quantitativos, inconsistências nos registros do sistema de gerenciamento ou indícios de baixa qualidade do combustível, a CONTRATADA deverá promover a imediata regularização, no prazo máximo de até 02 (dois) dias úteis, contados da notificação, sem ônus para a CONTRATANTE.

**8.2.** O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade do combustível fornecido e pela adequada execução dos serviços, devendo esta sanar quaisquer irregularidades identificadas, inclusive quanto a eventuais danos causados aos veículos da CONTRATANTE.

**8.3.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe verificar a conformidade dos serviços prestados, inclusive por meio da análise dos relatórios gerenciais emitidos pelo sistema da CONTRATADA.



**8.4.** Fica designado o servidor WILLIAM DA SILVA GONCALVES, Chefe de Eventos Culturais e Oficinas de Artes, matrícula nº 111, lotado na FCV, como gestor do contrato, competindo-lhe o acompanhamento, fiscalização e atesto das notas fiscais, observando o fiel cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

**8.5. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO(Art. 6º, Inciso XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021)**

**8.6.** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por servidor devidamente designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, ao qual caberá verificar o cumprimento das obrigações contratuais, bem como atestar as notas fiscais para fins de pagamento.

**8.7.** A fiscalização será realizada de forma contínua, mediante o acompanhamento dos abastecimentos efetuados, análise dos relatórios gerenciais disponibilizados pela CONTRATADA e verificação da conformidade com os controles internos da CONTRATANTE.

**8.8.** O gestor do contrato será responsável por coordenar a execução contratual, adotando as medidas necessárias ao fiel cumprimento das condições estabelecidas, bem como por comunicar formalmente eventuais irregularidades à CONTRATADA.

**8.9.** O controle da execução dos serviços será realizado por meio do sistema de gerenciamento disponibilizado pela CONTRATADA, o qual deverá permitir a rastreabilidade dos abastecimentos, identificação dos veículos, quantidades consumidas, datas e locais das operações.

**8.10.** Em caso de irregularidades na execução do contrato, tais como divergência de quantitativos, inconsistência nos registros ou indícios de fornecimento inadequado, a CONTRATADA será notificada para promover a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.





**8.11.** O recebimento do objeto observará o disposto neste Termo de Referência, sendo realizado de forma provisória no ato do abastecimento e definitiva após a conferência dos relatórios e documentos fiscais.

**8.12.** O acompanhamento e a fiscalização não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao cumprimento integral das obrigações assumidas.

**9. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea f e Título III – Contratos Administrativos da Lei 14.133/2021)**

**9.1.** Será formalizado contrato administrativo, considerando a natureza continuada do objeto, tendo em vista a necessidade de controle contínuo da execução e da formalização das condições de fornecimento.

**9.2.** Este **Termo de Referência e seus anexos** estão vinculados ao contrato, como também a proposta do licitante vencedor (**Art. 92º, Inciso II da Lei 14.133/2021**).

**9.3.** O Contrato terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado observando a vigência máxima decenal conforme os artigos 106 e 107 da lei federal nº 14.133 de 2021.

**9.4.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da **Lei nº 14.133, de 2021**, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (**Lei nº 14.133/2021, Art. 115º, caput**).

**9.5.** O CONTRATADO será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de serviços nela empregados (**Lei nº 14.133/2021, Art. 119º**).

**9.6.** O CONTRATADO será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (**Lei nº 14.133/2021, Art. 120º**).



**9.7.** Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, caput**).

**9.8.** A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (**Lei nº 14.133/2021, Art. 121º, §1º**).

#### **10. DA GARANTIA (Art. 40º § 1º Inciso III da Lei 14.133/21)**

**10.1.** A licitante vencedora ficará obrigada a garantir os padrões de qualidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, exigidas pelo órgão responsável em cada item especificado neste **Termo de Referência**, as quais deverão ser respeitadas, conforme direitos do consumidor, obrigando-se a substituir todos aqueles que estiverem fora do padrão, sem quaisquer ônus para esta Fundação, até o efetivo atendimento das referidas propostas.

**10.2.** A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado.

**10.3.** Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, considerando que o objeto consiste no fornecimento de gasolina comum, caracterizado como bem de consumo comum, de baixo risco e com pagamento vinculado ao efetivo fornecimento. A dispensa da garantia justifica-se pela natureza do objeto, pela baixa complexidade da execução contratual e pelos valores envolvidos, não havendo risco relevante que justifique a exigência de garantia, além de contribuir para a ampliação da competitividade e redução de custos para a Administração. Ressalta-se que a ausência de garantia não afasta a responsabilidade da CONTRATADA quanto ao fiel cumprimento das obrigações contratuais, sendo assegurado à Administração o direito de aplicar as sanções cabíveis em caso de inadimplemento.



**10.4.** O Reajuste dos valores contratual terá como data base o orçamento estimado conforme o §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021;

**10.5.** Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste;

**10.6.** O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder.

#### **11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (Art. 92º, Inciso XIV da Lei 14.133/21)**

**11.1.** Fornecer **gasolina comum** conforme especificações, qualidade e preços propostos, e nas quantidades solicitadas pela CONTRATANTE.

**11.2.** Realizar o fornecimento de forma **imediata**, mediante estabelecimentos credenciados pela CONTRATADA, em perfeitas condições de uso, sem indícios de adulteração ou desconformidade.

**11.3.** Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, quaisquer fatos que possam interferir no fornecimento do combustível.

**11.4.** Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes do fornecimento do objeto, inclusive aqueles relacionados à operação do estabelecimento.

**11.5.** Assumir toda responsabilidade pelos encargos fiscais, comerciais e trabalhistas resultantes da execução contratual.

**11.6.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, exceto nos casos previstos no art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei nº 14.133/2021.

**11.7.** Garantir a qualidade da gasolina fornecida, responsabilizando-se por eventuais danos causados aos veículos da CONTRATANTE em decorrência de produto fora das especificações.



**11.8.** Encaminhar ao e-mail informado pela CONTRATANTE a documentação necessária para pagamento, incluindo a Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) e as certidões de regularidade fiscal e trabalhista.

**11.9.** Ressarcir eventuais prejuízos causados à FCV e/ou a terceiros, decorrentes de falhas, irregularidades ou má qualidade do combustível fornecido.

**11.10.** Indicar, por escrito, preposto para representá-la durante a execução contratual, disponibilizando contato telefônico e eletrônico para comunicação com a CONTRATANTE.

**11.11.** Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (Art. 92º, Inciso XIV da lei 14.133/2021)**

**12.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o **Termo de Referência e seus anexos**.

**12.2.** Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer os serviços dentro das especificações exigidas neste **Termo de Referência**.

**12.3.** Emitir nota de empenho a crédito do fornecedor no valor total correspondente ao objeto solicitado.

**12.4.** Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

**12.5.** Conferir o item recebido e a nota fiscal se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.

**12.6.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.



**12.7.** Fiscalizar a entrega do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas neste **Instrumento**.

**12.8.** Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas neste **Termo de Referência**.

**12.9.** Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato.

**12.10.** Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos neste **Termo de Referência**.

**12.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**13. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 18º Inciso III e Art. 92º; Capítulo X – Dos Pagamentos da lei 14.133/21)**

**13.1.** O pagamento será mensal e deverá ser efetuado em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após a entrega dos documentos de cobrança dos serviços, através de transferência bancária em conta corrente (**Art. 142º da Lei 14.133/21**), mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pelo fiscal de contrato e conforme conferência interna.

**13.2.** As notas fiscais deverão conter a descrição do objeto, conforme descrito no empenho, constar os dados bancários, estar em nome da CONTRATANTE, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), CNDT e ISS Municipal no caso de prestação de serviços, comprovantes estes da manutenção das



condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no **Art. 68º da Lei 14.133/21**.

**13.3.** A fatura/nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

**13.4.** Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

**13.5.** Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a entrega dos serviços, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

**13.6.** Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

**13.7.** No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**13.8.** A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

**a)** Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE;

**b)** Se os serviços entregues não estiverem de acordo com as especificações apresentadas e aceitas;

**13.9.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:



$$I = (6\%/100)$$

365

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**13.10.** O presente critério aplica-se aos casos de compensações financeiras por eventual atraso de pagamento.

**13.11.** Para fazer jus ao contrato, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.

**13.12.** No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

**13.13.** A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem **(Art. 145º da lei 14.133/21)**.

#### **14. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO (Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021)**



**14.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de contratação direta por dispensa de licitação, preferencialmente na forma eletrônica, conforme disposto neste **Termo de Referência**.

**14.2.** Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Não atendam às exigências deste **Termo** e seus Anexos;
- b) Sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades, vícios e defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- c) Não atendam às características mínimas deste **Termo de Referência**.

**14.3.** O critério de julgamento das propostas será o de menor taxa de administração (%), incidente sobre o valor dos abastecimentos efetivamente realizados, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo admitida a apresentação de taxa positiva, negativa ou igual a zero, conforme prática de mercado.

**14.4.** Será considerada vencedora a proposta que apresentar a menor taxa de administração, desde que atendidas todas as exigências previstas neste Termo de Referência e demonstrada a exequibilidade da proposta apresentada.

**15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea h; Capítulo VI, Art. 62º ao 70º da Lei 14.133/2021)**

**15.1.** A habilitação corresponde a verificação do conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação. Para tanto, será exigido do licitante:

**15.2. Habilitação Jurídica (Art. 62, Inciso I; Art. 66 da Lei 14.133/2021):**

**15.2.1.** A habilitação jurídica visa demonstrar a capacidade de o licitante exercer direitos e assumir obrigações (**Art. 66 da Lei 14.133/2021**). Serão exigidos:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;





- b)** Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- c)** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- d)** Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, para comprovação do ramo de atividade, onde seja compatível com o objeto desta licitação;
- e)** Documentos pessoais do representante legal da empresa.

**15.3. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista (Art. 62, Inciso III; Art. 68 da Lei 14.133/2021):**

- a)** Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento **(Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21)**;
- b)** Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento **(Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21)**;
- c)** Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento **(Art. 68, Inciso III da Lei 14.133/21)**;
- d)** Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento **(Art. 68, Inciso IV da Lei 14.133/21)**.



**e)** Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho – CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011). Esta certidão poderá ser emitida gratuitamente nas páginas eletrônicas do Tribunal Superior do Trabalho, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho, mediante indicação do CPF ou CNPJ do interessado; podendo ser Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos de negativa (**Art. 68, Inciso V da Lei 14.133/21**);

**f)** Declaração Conjunta de:

- Inexistência de Fato Superveniente impeditivo de habilitação;
- Declaração de que não possuiu em seu quadro de pessoal, empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, em qualquer trabalho, menor(es) de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do Artigo 1º, do Decreto Federal nº 4.358, de 2002 (**Art. 68, Inciso VI da Lei 14.133/21**);
- Declaração de inexistência de servidor público da ativa, nos quadros funcionais da empresa (sócio/administrador/diretor, etc...);
- Declaração de Conhecimento e concordância com todos os termos do **Termo de Referência e seus anexos** e de Cumprimento Pleno de todos os Requisitos de Habilitação exigidos;
- Declaração de que a proposta apresentada para participar da licitação foi elaborada de maneira independente pela empresa, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial deste certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

**15.4. Qualificação Econômico-Financeira (Art. 62, Inciso IV; Art. 69 da Lei 14.133/2021):**

**15.4.1.** A habilitação econômico-financeira visa demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato. Para isso será exigido (**Art. 69 da Lei 14.133/2021**):



a) Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais demonstrações contábeis, referente aos dois últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado nos órgãos competentes (**Art. 69, Inciso I da Lei 14.133/2021**);

**15.1.1. DA NÃO APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PREVISTO NA LC Nº 123/2006**

**16.1.1.** Para fins do disposto nos artigos 47, 48 e 49 da Lei Complementar nº 123/2006, registra-se que não será aplicado, no presente procedimento de dispensa de licitação, o tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, considerando:

**16.1.2.** No presente caso, a contratação refere-se à prestação de serviços de gerenciamento e fornecimento de combustíveis por meio de rede credenciada, atividade que, por sua natureza, exige operação contínua, controle centralizado e sistema integrado de gestão, com monitoramento permanente e responsabilidade unificada pela execução do objeto. A eventual fragmentação da execução ou participação de múltiplos fornecedores comprometeria a gestão, a fiscalização e a rastreabilidade do consumo.

**16.1.3.** A aplicação de lotes exclusivos ou cotas reservadas poderia, ainda, reduzir a competitividade do certame, considerando a estrutura operacional exigida para o serviço, que demanda sistema de gerenciamento compatível com a complexidade do objeto, podendo resultar em contratação menos vantajosa para a Administração.

**16.1.4.** Registra-se que a adoção da participação ampla visa ampliar a competitividade do certame, permitindo a participação de todas as empresas interessadas, independentemente de enquadramento, sem prejuízo da aplicação dos demais benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 que não impliquem restrição à competitividade ou à execução do objeto.

**16.1.5.** Ressalta-se, ainda, que a experiência administrativa em contratações semelhantes demonstra que a aplicação de lotes exclusivos ou cotas reservadas pode resultar em baixa adesão, itens desertos ou fracassados, ocasionando prejuízos à continuidade do abastecimento e ao atendimento das necessidades da Administração.

**16.1.6.** Dessa forma, a não aplicação do disposto nos artigos 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/2006 encontra amparo no art. 49, inciso III, da referida Lei, que afasta o tratamento diferenciado quando este não for vantajoso à Administração Pública ou puder representar prejuízo ao conjunto ou à complexidade do objeto.



**16. DA PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea d da Lei 14.133/2021)**

**16.1.** Poderão participar deste certame, todas as empresas do ramo pertinente ao objeto do presente **Termo de Referência**, devidamente qualificado, mediante comprovação das regularidades fiscais, obedecendo à legislação que rege a matéria.

**16.2.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste termo de referência e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

**16.3.** Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos **Artigos 62º ao 70º da Lei 14.133/2021:**

**16.4.** Não poderão participar as empresas enquadradas em quaisquer das hipóteses a seguir elencadas:

**a)** Suspensas temporariamente de participar de licitações ou impedidas de contratar quando a penalidade foi aplicada pelo órgão ou entidade licitante, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021;**

**b)** Impedidas de participar de licitações ou de contratar, ou atingidas por outra vedação legal que conste do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) da Controladoria Geral da União (CGU), do Portal da Transparência, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e/ou da Lista de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU);

**c)** Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, com fundamento no **Art. 14º, Inciso III da Lei n. 14.133/2021;**

**d)** Constituídas com o mesmo objeto e da qual participem sócios e/ou administradores de empresas anteriormente declaradas inidôneas, nos termos do **Art. 46 da Lei nº 8.443/1992**, desde que a constituição da sociedade tenha ocorrido após a aplicação da referida sanção e no prazo de sua vigência;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILHENA**  
**FUNDAÇÃO CULTURAL DE VILHENA**



- e) Que se enquadrem nas vedações previstas no **Artigo 14º da Lei 14.133/2021**;
- f) Que se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação;
- g) Que estejam reunidas em consórcio, de acordo com o **Art. 14º Inciso II da Lei 14.133/2021**, uma vez que o objeto se reveste de simplicidade e não envolve questões de alta complexidade e relevante vulto, pois as empresas isoladamente têm condições de suprir os requisitos de habilitação e não há restrição à competitividade (**Acórdãos TCU n. 2.457/2017- Plenário e n. 11196/2011-2ª Câmara**);
- h) Estrangeiras que não funcionem no País;
- i) Empresa que não possua sede e operação de funcionalidade.

**16.5.**Nos termos do **Art. 5º do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018**, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

- a) Detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou
- b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

**16.5.1.**Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (com amparo na interpretação sistemática do Art. 37, caput, da Constituição Federal, da Súmula Vinculante/STF nº 13, do Art. 18, inciso II, da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, Art. 5º, Inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e do Art. 2º, Inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010).

**16.6.**Nos termos do Art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura CONTRATADA que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão CONTRATANTE.



**17. PENALIDADES(Art. 92º, Inciso XIV, Art. 155º ao 163º da lei 14.133/2021)**

**17.1.**Comete infração administrativa, nos termos do **Art. 155ºLei nº 14.133/2021**, o CONTRATADO que:

- a)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** Der causa à inexecução total do contrato;
- d)**Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e)**Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f)**Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h)**Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i)** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j)**Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k)**Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l)** Praticar ato lesivo previsto no **Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013**.

**17.2.**Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (**Art. 156ºLei nº 14.133/2021**):



a) Advertência;

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do item 17.1 deste Instrumento, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §4º da Lei 14.133/21);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item 17.1 deste Instrumento, bem como nas alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f” e “g” do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §5º da Lei 14.133/21);

d) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias (Art. 156º, §3º; Art. 162º da Lei 14.133/21);

e) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial (Art. 156º, §3º, Art. 162º, Parágrafo Único da Lei 14.133/21).

**17.3.** Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156º, §1º da Lei 14.133/21):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**17.4.** A sanção prevista na Alínea a do item 17.2 deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na Alínea a do item 17.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156º, §2º da Lei 14.133/21).



**17.5.** A sanção estabelecida na **Alínea c do item 17.2 deste Instrumento** será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima desta Fundação, ou seja, do Diretor Geral (**Art. 156º, §6º da Lei 14.133/21**).

**17.6.** As sanções previstas nas **alíneas "a", "b" e "c" do item 17.2 deste Instrumento**, poderão ser aplicadas cumulativamente com as sanções previstas nas **alíneas "d" e "e" do mesmo item 16.2 deste Instrumento (Art. 156º, §7º da Lei 14.133/21)**.

**17.7.** O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

**17.8.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (**Art. 156º, §8º da lei 14.133/21**).

**17.9.** Na aplicação da sanção prevista nas **Alíneas "d" e "e" do item 17.2 deste Instrumento**, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (**Art. 157º da lei 14.133/21**).

**17.10.** A aplicação das sanções previstas **no item 17.2 deste Instrumento** não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (**Art. 156º, §9º da lei 14.133/21**).

**17.11.** A aplicação das sanções previstas nas **Alíneas "b" e "c" do item 17.2 deste Instrumento** requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido nos termos do (**Art. 158º e seus parágrafos da Lei 14.133/2021**).

## **18. DAS RETENÇÕES**

**18.1.** O contratado fica obrigado à retenção do imposto de renda na fonte, nos termos da Instrução normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação a alíquota





prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal n. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade.

**18.2.** As hipóteses de retenção do IR à fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012.

**18.3.** As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988.

## **19. INFORMAÇÕES GERAIS**

**19.1.** Este **Termo de Referência** tem como base legal a **Lei nº 14.133/2021** – (Nova Lei de licitações e contratos); Lei nº 8.078/90 (Dispõe sobre a proteção do consumidor).

**19.2.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as legislações bases citados no item 19.1 e demais normas aplicáveis.

**19.3.** Mais informações poderão ser adquiridas pelo telefone (69) 3322.1777 ou na sede da FCV – Fundação Cultural de Vilhena - RO, sob o CNPJ 17.390.962/0001-05, situado na Av. Tancredo Neves, nº 3845, Bairro Jardim América, em Vilhena/RO, CEP 76.980-731, de segunda à sexta-feira em horário comercial das 07h às 13h.

**19.4.** O presente Termo de Referência foi elaborado pelo setor Orçamentário, e aprovado por ÉVILYN OLÍMPIA MEDRADA TEIXEIRA – Presidente, Dec. nº Decreto nº 62.351/2024.

## **20. DO FORO**

**20.1.** Fica eleito o foro da comarca de Vilhena/RO, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta licitação, que não puderem ser solucionadas administrativamente.

Vilhena/RO, 25 de junho de 2026.



Elaborado por:  
Setor Orçamentário  
*assinado digitalmente*



Assinado por:  
MUNICIPIO DE VILHENA  
ÉVILYN OLIMPIA MEDRADA TEIXEIRA

25/06/2026 14:24:41

AUTORIZO

**ÉVILYN OLÍMPIA MEDRADA TEIXEIRA**  
Presidente da Fundação Cultural de Vilhena  
Decreto nº 62.351/2024/FCV



Assinado por: MIKAELA MIRANDA DOS REIS 25/06/2026 14:18:18  
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE

---